



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 5.759/2022

Publicado no DOM/AMUNES,
no dia 26/01/2022, na(s)
página(s) 479/480, Edição nº.
1.943.

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA O CUMPRIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS, REGIDAS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 4.320/64, Nº 8.666/93 E Nº 10.520/02, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 57, da Lei Orgânica Municipal e, considerando:

- a) a necessidade de estabelecer critérios para pagamentos de obrigações contratuais;
- b) o disposto nos artigos 5º, 40, inciso XIV, alínea “a” e § 3º, 92 e 115 da Lei Federal nº 8.666/1993, no artigo 9º da Lei Federal nº 10.520/2002 e nos artigos 37, 62 e 63, 64 e 65 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- c) a Lei Federal nº 12.527/2011, que estabelece os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de assegurar o direito fundamental de acesso à informação;
- d) os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, economicidade e transparência, insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; e
- e) as disposições da Lei Complementar Federal nº 131/2009, posteriormente regulamentadas pelo Decreto nº 10.540/2020, que introduz alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, reforçando a transparência acerca da execução orçamentária e financeira dos entes da federação;
- f) a necessidade de adequar os procedimentos de contratações, de recebimento de objeto, de liquidação e de pagamento de despesas, visando a viabilizar a observância da ordem cronológica de pagamentos,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art. 1º. Este decreto institui procedimentos, rotinas, deveres e responsabilidades para a adequada observância da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

referente às obrigações de natureza contratual e onerosas, assumidas junto a fornecedores de bens e serviços pelo Poder Executivo do Município de São Roque do Canaã, em cumprimento às Leis Federais nº(s) 8.666/1993, 10.520/2002 e 4.320/1964.

Art. 2º. A ordem cronológica de pagamento se dará de acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, na seguinte sequência:

- I - por unidade gestora;
- II - por fonte de recursos;
- III - por data do registro contábil na liquidação da despesa em sistema informatizado.
- IV – por prazo estipulado em instrumento contratual ou equivalente.

Art. 3º. A ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da liquidação da despesa.

Art. 4º. As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança, após ateste realizado pelo fiscal responsável pelo acompanhamento da execução da despesa, devidamente autorizada pelo ordenador de despesa, deverão ser recebidos pelos gestores identificadas no contrato, que ficarão responsáveis pelo encaminhamento do respectivo documento no sistema de almoxarifado e patrimônio da Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã.

Parágrafo único. Caso toda a documentação exigida para efetivação do registro contábil da liquidação não estiver de acordo com o caput deste artigo, o processo retornará à unidade demandante para os devidos ajustes.

CAPÍTULO II
DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Art. 5º. Respeitada a ordem de chegada dos processos no setor contábil/financeiro, será realizada a liquidação contábil da despesa, de acordo com o artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º. O fiscal/gestor do contrato adotará as providências necessárias para concluir a etapa de liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestará a despesa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

Art. 7º. O contratado que, no momento do pagamento, excepcionalmente, não apresentar os documentos que tratam o artigo 29, da Lei Federal nº 8.666/93, será notificado para regularizar a situação, sob pena de rescisão do contrato e demais sanções administrativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo único. Não sendo regularizada a situação, o ordenador de despesas poderá autorizar a realização do pagamento, devendo, analisado o interesse público, proceder à rescisão contratual, sem prejuízo das garantias constitucionais à ampla defesa e ao contraditório e da aplicação das sanções cabíveis para os casos de descumprimento contratual, inclusive multa, nos termos do artigo 87, inciso II, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CAPÍTULO III
DA SUSPENSÃO E REPOSIÇÃO NA ORDEM CRONOLÓGICA DE
EXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 8º. É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público, em situação extraordinária, observadas as exigências do artigo 8º deste decreto, tais como as arroladas a seguir:

I - para dar cumprimento à ordem judicial ou do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que determine a suspensão de pagamentos;

II - para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação a pagar;

III - perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento.

Parágrafo único. Ocorrendo as situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo, o credor será reposicionado na lista classificatória de credores a partir da sua regularização.

Art. 9º. Qualquer pagamento em desacordo ou fora da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras será precedido da publicação no Diário Oficial dos Municípios, devendo conter as relevantes razões de interesse público e a justificativa prévia elaborada pela autoridade competente, ou seja, pelo ordenador de despesa.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E FINAIS

Art. 10. Não se sujeitarão ao disposto neste Decreto os pagamentos decorrentes de:

I - remuneração e outras verbas devidas a agentes públicos, como diárias, ajuda de custo, pensão vitalícia e indenização de acidentes de trabalho;

II - obrigações tributárias, patronais e previdenciárias;

III - sentenças e decisões judiciais ou notificação do órgão de controle externo – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV - folha de pagamento dos servidores, seus encargos, consignações e bolsa estágio;

V - concessionárias de serviços públicos de água, energia elétrica, telefonia e correios;

VI - auxílio alimentação;

VII - despesas provenientes de créditos extraordinários e extra orçamentários;

VIII - demais despesas que não estejam regidas pela Lei Federal nº 8.666/1993;

Art. 11. As unidades da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal se obrigam a cumprir e zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 12. As liquidações e pagamentos obedecerão aos prazos estabelecidos nos instrumentos contratuais que originaram os créditos.

Art. 13. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Gabinete do Prefeito, 25 de janeiro de 2022.

ALTAMIR RICARDO BOSCHETTI
Prefeito Municipal em Exercício